

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 22/05/2024

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 22 de maio de 2024, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo, Bárbara Pereira Collier, Fernando Pereira, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva, Carlos Eduardo Sales de Melo, Joab Henrique da Silva, Severino Carlos Amorim, Rafael Farias Almeida, Ana Paula de Santana, Wagner Staden de Vasconcelos Egito, Cleonice Maria dos Santos, Gilmar Correia da Silva, Adailton José da Silva, Roberto Gercino, Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo, Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano, Eduarda Borba Lagioia Lippo, Lucas Fernando Barbosa Correia** e Conselheiras (os) Suplentes: **Elimar Pereira da Silva, Arthur Bruno de Medeiros Teti, Gerlane Souza de Lima, Dayvton Diego Almeida, Maria da Conceição Cardoso da Silva, Marcelo Renan Oliveira de Souza, Karla Regina do Monte Oliveira, Laura Maria de Melo Sarmento, Flávia Maria Pessoa Guerra, Francisco de Assis do Nascimento, e Roberto Azoubel da Mota Silveira.** Com as seguintes **Pautas: 1.1 - INDICAÇÃO DE 04 (QUATRO) MEMBROS PARA GT DA COMISSÃO TÉCNICA DO PEC; Pauta 2: ENCAMINHAMENTO DO OFÍCIO DO MAESTRO ADAILTON (COMISSÃO DE ÉTICA); Pauta 3: DEFINIR SOBRE OS MODELOS DE CERTIFICADOS (MÉRITO, HONRA ETC.); Pauta 4: LPG (SUPLENTES); Pauta 5: A REGULAMENTAÇÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO PLANO SETORIAL DE LITERATURA; Pauta 6: EDITAL DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DE EDITORAS INDEPENDENTES; Pauta 7: PE NA DANÇA.** **Yasmim Neves** falou que estavam iniciando mais uma Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC). Passou a palavra, então, para **Amanda Carneiro**, Secretária da Casa dos Conselhos, para verificar a lista de presença e saber se já tinham quórum suficiente para iniciar a reunião. Após serem confirmadas as presenças e a quantidade de quórum, Yasmim seguiu para os informes. **INFORMES.** **Yasmim Neves** disse: "Um dos primeiros informes que quero trazer, na realidade, é mais um escurecimento de fatos. Ontem, na secretaria, recebemos diversas mensagens, tanto por telefone, e-mail, Maxbot, como na recepção da secretaria, perguntando se haveria ontem, às 15:00, uma reunião de atendimento da Secretaria Executiva de Cultura com a gama de produtores visuais para tratar da LPG. Acho importante trazer este conhecimento para o conselho, porque sei que houve uma disseminação de informação dizendo que faríamos esse atendimento ontem e

que nos negamos a atender algumas pessoas. O que aconteceu foi que, na pauta, eu, enquanto Secretária Executiva, tinha um atendimento marcado às 15 horas com alguns produtores, questionando alguns pontos do processo de desclassificação do resultado da Lei Paulo Gustavo. Já atendemos quatro pessoas inicialmente, mas não conseguimos atender outras devido ao espaço limitado. Informei que não tínhamos condições de atender a todos pelo espaço e pela pauta, pois recebemos um e-mail de um produtor específico trazendo alguns questionamentos e pedindo um atendimento para maiores esclarecimentos. Então, trago para este conselho o ponto primordial de comunicação com a sociedade civil: não houve ontem, na Secult, um atendimento geral aos produtores do audiovisual. É bom deixarmos isso claro para evitar que pautas falsas sejam disseminadas. Eu, Yasmim, como Secretária Executiva e Presidente interina deste conselho, não me nego a atender ou ouvir ninguém, mas a agenda está lotada e precisamos nos organizar minimamente. O espaço da Secult também não permite atender a todos de uma vez, então segmentamos esses atendimentos." **Yasmim** continuou: "Um outro informe é que nós estamos realizando, e está até como ponto de pauta, mas trago também que realizamos no último fim de semana o primeiro evento **PE na Dança** lá em Triunfo, que foi bastante exitoso. Conseguimos, com bastante trabalho, incluir no calendário do Estado o Dia da Dança Estadual. Então, a equipe da Secult também executou isso neste fim de semana. E nós temos novos colaboradores na secretaria em cargos comissionados, que são substituições. Já trago também essa devolutiva para nossa companheira Bárbara: hoje temos **Isaar França** como nossa coordenadora de música, **Jamila Marques** como nossa coordenadora de cultura popular e **Jefferson Santana** como assessor de fotografia. No caso de Jefferson, ele já estava na Secult em outro cargo, mas nesse processo de priorizar as pessoas que já estão dentro, que já conhecem o movimento e todo o trabalho, entendemos que precisávamos dar a oportunidade para quem já estava lá crescer. Foi um convite nosso e que bom que ele aceitou. Jefferson é um fotógrafo negro e de periferia, então vai somar com a gente. Jamila também é uma produtora cultural que potencializa e salvaguarda a cultura popular do Estado e aceitou nosso convite. Isaar, que acho que a maioria de todos nós conhece, é uma cantora maravilhosa que já passou pela gestão pública e, a nosso convite, aceitou e está somando com a equipe GPC, que hoje tem Vanessa Santos como sua gerente. Yasmim também informou que o Conselho Estadual de Política Cultural (**CEPC**), Conselho de Patrimônio (**CEPPC**) e o setor de **audiovisual** precisavam formar um grupo de trabalho para atualizar o **Plano Estadual de Cultura** (**PEC**). Seriam necessários oito membros dos conselhos: **2 do Audiovisual**, **2 do CEPPC** e **4 das Políticas Culturais**. Não necessariamente da sociedade civil, mas também de órgãos governamentais, para dialogar e atualizar o PEC com metas mensuráveis". Destacou a importância de Pernambuco alinhar-se com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura. Afirmou que a formação do grupo de trabalho para atualizar o Plano Estadual de Cultura (**PEC**) era uma tarefa necessária. Mencionou que a solicitação já havia chegado ao conselho e que era preciso definir os membros em breve. Ela acreditava que, se possível, ainda naquela semana, o CEPC deveria indicar os quatro nomes para compor o grupo. Informou também que explicaria o pedido de Edvaldo Júnior, responsável pela atualização do plano, no grupo dos 80, para que todos pudessem colaborar no desenvolvimento da cultura pernambucana. **Yasmim** finalizou seus informes dizendo que os conselheiros presentes deveriam assinar as atas, e Amanda verificaria como disponibilizá-las para os ausentes. Lembrou que, conforme decidido em reuniões anteriores, se ninguém se manifestasse em até 48 horas após o envio por e-mail, as atas seriam consideradas aprovadas e prontas para assinatura e publicação. Com isso, afirmou que as atas e resoluções já poderiam ser encaminhadas para a publicação. **Alexandre Melo** informou que estava presente para falar sobre o projeto Circuito Literário de

Pernambuco (CLIFE), uma iniciativa amplamente divulgada pela Secretaria de Educação como sendo de sua autoria. O lançamento ocorreu no dia 22 de abril, com eventos de 27 de abril a 6 de junho, realizados pela Andelivros. Ele contextualizou o assunto e mencionou um requerimento publicado no Diário Oficial do Estado em 21 de maio, no qual a Comissão de Educação e Cultura da Alepe solicitou informações à governadora, à Secretaria de Educação, à Secretaria de Cultura e à presidente da Fundarpe sobre a contratação sem licitação da Andelivros e a autoria do evento. A comissão justificou o pedido afirmando que a transparência é necessária para esclarecer se o CLIFE é uma iniciativa pública ou privada, pois tanto a Secretaria de Educação quanto a Andelivros se apresentaram como idealizadoras em diferentes publicações. Alexandre finalizou o informe perguntando se a Secretaria de Cultura já havia se manifestado sobre o requerimento. **Francisco de Assis** saudou a todos e informou que a partir do dia seguinte haveria tanto escutas online quanto presenciais da PNAB de Olinda. Ele mencionou que os Cards seriam divulgados ainda naquela tarde e que estava antecipando a informação. Aproveitando a presença de muitas pessoas no conselho, informou que as escutas ocorreriam em Peixinho, Rio Doce, em Terreiros e de forma remota. Ele pediu para que todos ficassem atentos e incentivassem a participação dos fazedores de cultura da cadeia produtiva de Olinda. **Cadu Sales** cumprimentou a todos e informou que, enquanto Conselheiro de Design e Moda, estava buscando informações sobre o processo de registro da Renda Renascença de Pernambuco como Patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco. Explicou que o pedido foi feito em 2019, o processo foi aberto em 2021, e já estavam em 2024 sem que ainda tivesse sido concluído. Disse que já havia conversado com o coordenador da comissão, Lindenberg Filho, e que continuava buscando outras informações para acelerar o processo, pois a Renda Renascença de Pernambuco merecia esse reconhecimento como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado. **Bárbara Collier** cumprimentou a todos, agradeceu a apresentação dos participantes da secretaria e desejou boas-vindas. Solicitou uma reunião sobre temas discutidos no final do ano passado, incluindo o Salão de Artes e o Prêmio de Fotografia, que não ocorreu como previsto devido à falta de edital. Pediu para marcar uma reunião com Jefferson Santana sobre a pauta e com o gerente de artes visuais para discutir o andamento do Salão de Artes Visuais e a situação da Casa de Piedade, uma casa doada pelo grupo Votorantim ao Governo do Estado de Pernambuco para ser um equipamento cultural, mas atualmente abandonada na cidade de Jaboatão, na Avenida Beira-Mar. Agradeceu a todos. **Yasmim Neves** informou que estava dialogando com a CEPE sobre a impressão de catálogos e livros, mencionando que tiveram uma reunião para padronizar os editais da Secult. Ela explicou que os editais estavam sendo avaliados pela Superintendência de Planejamento Estratégico para incluir cotas e regionalização. Disse que pretendiam lançar ainda no primeiro semestre os editais de premiação como Hermilo de Literatura, Fotografia, Palhaço Cascudo, Ariano e Pernalonga, e estavam trabalhando nos próximos. Yasmim destacou que houve atrasos nos editais devido à falta de orçamento, que não foi tratado pela gestão anterior. Informou que estavam resolvendo as pendências e planejando o futuro. Mencionou que, quando os editais fossem lançados, trariam as informações ao conselho. Adicionalmente, ela comentou sobre a organização de um momento para entrega de certificados dos prêmios e prometeu trazer mais informações quando estivesse organizado. Anunciou que a assessoria de artes visuais passaria por uma mudança, pois Carlos Melo recebeu e aceitou uma nova proposta. Apesar disso, mencionou que a equipe, incluindo Makson, Vanessa, Jefferson, Andrezinho e ela mesma, estava disponível para dialogar. Finalizou ressaltando a importância do diálogo entre os conselheiros Elimar e Bárbara. **Carlos Amorim** informou a todos que, no dia seguinte, haveria uma escuta para o Festival Recife Nacional do Teatro, às 18h30, no Teatro do Parque, na sala da Sinfônica. Mencionou que no dia

anterior houve uma escuta sobre a PNAB, que foi um sucesso com grande participação. Ele expressou o desejo de repetir esse sucesso na escuta do dia seguinte. Reafirmou que a sala da Sinfônica, onde o evento ocorreria, ficava ao lado do parque, e convidou a todos a participarem. Kadu também confirmou a localização da sala da Banda Sinfônica. **Yasmim Neves** informou que uma participante, Natália Maia Lima, queria fazer um pronunciamento. Ela explicou que, conforme decidido em reuniões passadas e de acordo com o regimento, a sociedade civil que não fosse conselheira falaria no início da reunião. Yasmim confirmou se todos concordavam e, com o consentimento de todos, passou a palavra para Natália. **Natália Maia Lima** cumprimentou a todos e expressou sua preocupação com a forma como a chamada dos suplentes se deu. Ela mencionou que a Secult divulgou uma metodologia de remanejamento de recursos entre o grupo do Conselho, mas que deveria ter sido levada ao conhecimento de todos, pois era um documento importante. Natália explicou que a aplicação da metodologia não estava de acordo com o edital e que elaboraram um documento propondo uma metodologia que seguisse o edital. Ela destacou que os valores dedicados aos projetos foram muito menores do que o previsto no edital e anunciou que disponibilizariam o documento através de um link no chat para os interessados. Finalizou reafirmando o compromisso em lutar por justiça, pois a forma como o processo estava ocorrendo não era adequada. **Yasmim Neves** pediu para Amanda fazer o download e colocar no grupo dos 80 porque ela achava importante o conselho analisar o documento. Como teriam a questão da pauta em relação às LPG suplentes, poderiam fazer alguma devolutiva. Não sabia se Irene, que estava ali representando o Mapa Cultural, poderia responder. Natália já tinha pedido que também. Pediu também que Amanda encaminhasse para a gente da secretaria para poderem analisar o documento e dar as devolutivas necessárias. Aproveitou para informar que todas as reservas, induções, cotas e quantidades foram preservadas. Então, conversariam para poderem se entender. **Amanda Carneiro** informou que Fernando Pereira já tinha divulgado no grupo dos 80. Então, não precisava que ela colocasse de novo, mas, de qualquer forma, ela já tinha pedido para Natália encaminhar o documento, porque precisavam recebê-lo formalizado. Assim, poderiam caminhar para a Secult. No entanto, deixariam que o conselho também validasse o documento, para o caso de desejarem acrescentar algo. Mandariam um documento único para evitar ter que enviar vários. Ela deixaria 24 horas para que o presidente do grupo desse uma olhada no material. Caso tivessem algo a acrescentar, o conselho avisaria. Quando o fizessem, fariam o acréscimo e encaminhariam para a Secult. **Rafael Farias** disse que estava surpreso com o que foi trazido, achando grave e digno de análise. Pediu para ler o documento para se informar melhor, mencionando outro grupo que já tinha feito algo similar. Considerou o assunto extremamente grave e que a Secult e a sociedade civil deveriam investigar, até mesmo o Ministério Público, se necessário. Decidiu analisar o documento mais tarde, e pediu a Natália mais informações sobre quem produziu o documento. Expressou a necessidade de validar o documento juntamente com ela. Comentou sobre as constantes cobranças da sociedade civil, mas preferiu não entrar nesse assunto no momento para não desviar o foco da pauta sobre os suplentes. **Yasmim Neves** achava importante a Secult receber e estudar o documento. Destacou a importância da Gerência Cultural, responsável pelo processo de ranqueamento, entender a situação. Mencionou a necessidade de autocritica no trabalho, enfatizando a importância da clareza nas informações. Pediu a Irene para verificar como poderiam apresentar essas informações de forma mais escurificada. **Elza Medeiros** expressou seu prazer em retornar às reuniões do conselho após ausência por motivos pessoais, e solicitou à presidente e aos conselheiros um relatório sobre as reuniões, representando a Secretaria Estadual de Cultura do partido dos trabalhadores. Propôs a criação de um e-mail para envio do relatório e pediu retorno sobre

as relatorias, buscando compreender melhor o processo. **Yasmim Neves** mencionou que todas as atas, a partir daquele momento, já eram publicadas no Portal Cultura PE. Explicou que houve um atraso devido à mudança de gestão, mas que todas as atas foram atualizadas e validadas pelos conselheiros presentes. Acrescentou que as resoluções das reuniões também seriam publicadas. Indicou que os direcionamentos das pautas estariam disponíveis no Portal Cultura PE e no Instagram do Conselho, com resumos das discussões. Sugeriu que, caso precisassem de mais informações, formalizassem por e-mail para o CEPC, que Amanda disponibilizaria. Finalizou informando que seguiriam com os informes e entrariam na pauta da reunião. **Amanda Carneiro** fez uma citação e informou que algumas pessoas na sala não estavam se identificando, mesmo após solicitação da equipe da Casa dos Conselhos para que colocassem seus nomes e sobrenomes. Ela avisou que, a partir daquela reunião, começariam a remover quem não estivesse se identificando. Explicou que a reunião era pública e aberta, desde que os participantes se identificassem e abrissem suas câmeras para que pudessem ser reconhecidos. Lembrou que essa medida tinha sido aprovada na reunião anterior do pleno, estabelecendo o encaminhamento de retirar da sala quem não se identificasse. **Yasmim Neves** seguiu para o próximo ponto de **Pauta 2: ENCAMINHAMENTO DO OFÍCIO DO MAESTRO ADAILTON (COMISSÃO DE ÉTICA)**. Só para lembrar, na reunião de março de 2024, esse apontamento foi feito durante uma das reuniões extraordinárias, trazendo ao conhecimento desse conselho o referido Ofício, e o encaminhamento desse ponto de pauta foi feito para averiguação e análise pela comissão de ética. Então, ela chamou o coordenador da comissão de ética, Joab Henrique, para trazer maiores informações sobre este ponto. **Joab Henrique** saudou a todos e afirmou que era conselheiro titular de música. Ele estava atuando como coordenador de ética e jurídico do Conselho e como relator do processo do Senhor Conselheiro Wagner Egito. Durante essas reuniões, ele passou tanto pela secretaria quanto pelas comissões de disciplina e compareceu ao pleno. Houve algumas tratativas com os advogados da atual sindicância do governo para, junto com o conselho, esclarecer a todos. Então, ele redigiu uma carta aberta diretamente para o pleno para fornecer essa informação à presidência, à secretaria da casa do Conselho, aos outros conselheiros da sociedade civil e governamental, bem como ao público em geral. Nessa carta aberta, ele trouxe alguns pontos vistos e questionados sobre essa situação, começando com a carta (**anexo**). Ao final da leitura da carta, **Joab** agradeceu atenciosamente a todos. Ele expressou que aquela era sua fala em relação à carta aberta apresentada ao pleno, na qual já haviam sido direcionados sobre os assuntos. Nesse sentido, ele prosseguiu com os levantamentos acordados entre o setor de processos administrativos disciplinares, advocacia e consultoria jurídica, visando dar total credibilidade à instituição. Ele expressou agradecimento ao término de sua fala. **Wagner Egito**, dirigiu-se aos colegas presentes e virtuais, enfatizando que o objetivo era dar um encaminhamento mais objetivo, sem discutir a questão que estava na comissão de ética. Ele esclareceu que havia uma sindicância em relação à denúncia que repercutiu nas redes sociais, sendo investigada tanto pela Secretaria de Cultura quanto pela Comissão de Ética do Conselho. Também mencionou um ponto de pauta sobre um ofício enviado por um conselheiro, informando que o presidente da comissão de ética, Joab, foi impedido de exercer suas funções. Após a leitura do ofício, ficou claro que Joab confirmava ter sido coagido. Wagner sugeriu que a Comissão de Ética pegasse a carta e que o Conselho desse um prazo de 30 dias para que, na próxima reunião, houvesse uma definição sobre a queixa de coação. Ele destacou a separação entre a denúncia feita há 67 dias e a questão do impedimento de Joab em realizar suas atividades. **Rafael Farias** confessou que não havia entendido completamente o ponto de pauta, que para ele parecia ser a segunda indagação de Wagner sobre o processo de coação na comissão ética. Ele mencionou que Joab havia

se expressado sobre a sindicância relacionada ao afastamento do presidente do conselho. Rafael e Elimar já haviam solicitado uma reunião na comissão de ética há algumas semanas, mas devido a incompatibilidade de agendas, ainda não haviam conseguido se reunir para entender o processo. Ele expressou dúvidas sobre qual procedimento a comissão deveria adotar, uma vez que o assunto parecia ser de natureza jurídica e poderia se tornar uma questão pessoal. Rafael propôs marcar uma reunião da comissão para esclarecer o assunto e sugeriu que, se necessário, o caso fosse tratado em esfera jurídica, pois acredita que o conselho tem outras demandas importantes a serem tratadas em relação à cultura pernambucana. Ele enfatizou a importância de chegar a uma conclusão para evitar atrasos e sugeriu recuar, se necessário, para encerrar o assunto e seguir em frente. **Yasmim Neves** concordou com Rafael e considerou necessário que a comissão de ética e assuntos jurídicos marcasse uma reunião para tratar do assunto. Ela destacou que, embora fossem duas questões separadas, se interligavam, especialmente desde a reunião de 13 de março, quando o assunto foi trazido ao conselho e a destituição da comissão foi sugerida e votada. Yasmim enfatizou a importância do relato de Joab em explicar todo o processo que levou ao seu momento de coação por Wagner. Ela solicitou que o documento fosse compartilhado com todos os conselheiros e propôs agendar uma reunião da comissão de ética para compreender o papel da comissão diante desses fatos distintos. **Maestro Adailton** iniciou sua fala seguindo a solicitação de Wagner, que há várias reuniões vinha pedindo encaminhamento ao ofício enviado. Ele lembrou que o ofício foi lido na reunião de 13 de março, solicitando averiguação de coação. Adailton esclareceu que não afirmou que Joab havia sido coagido, mas sim que era necessário investigar. Ele enviou um segundo ofício com os anexos das falas para a comissão de assuntos jurídicos e ética do conselho. Adailton expressou que Wagner estava agindo de forma precaucionista e que os fatos precisavam ser comprovados pela Justiça. Ele ressaltou que o conselho estava sem sua presidência devido aos acontecimentos envolvendo Wagner. Adailton sugeriu que, pela questão jurídica, Wagner deveria ser afastado do conselho. Ele agradeceu a todos e solicitou que o ofício fosse lido e analisado. **Elimar Pereira** começou saudando a todos e expressou sua opinião de que o assunto deveria ser encerrado, como Rafael mencionou. Ele lembrou a discussão interna no grupo sobre a comissão de ética e como perguntou a Joab se ele poderia provar suas alegações, o que não foi possível. Elimar sugeriu que os dois resolvessem o assunto em particular. Ele enfatizou a importância de focar nas questões do Conselho, como a suplência e os recursos para os fazedores de cultura. Elimar destacou que há muitos assuntos importantes a serem tratados e que é essencial dar encaminhamento a eles. **Yasmim Neves** achava que todas as pautas que eles traziam para aqueles conselhos eram importantes, cada uma com sua substância. Mas ela achava que eles precisavam sim dialogar sobre isso. Foi um fato que nunca aconteceu no Conselho Estadual de Política Cultural, que pegou todo mundo de surpresa. E acredita que cada um, no seu lugar, tentava de a melhor forma sanar essa pendência. Ela esperava também que fosse resolvida para poderem dar continuidade ao trabalho do Conselho, que era fiscalizar, deliberar e acompanhar a cultura pernambucana. **Joab Henrique** falou que era necessário manter a imparcialidade diante das funções que exerciam. Reconheciam que, como figuras públicas, independentemente do reconhecimento de mérito, estavam em cargos políticos e públicos. Cada um usava suas estratégias da melhor forma possível. Adiantando-se à fala dos conselheiros, Joab mencionava que, como todos sabiam, um requerimento feito em plenário precisava ser investigado e dar continuidade. Mesmo que no futuro não resultasse em algo favorável ao conselho, era preciso seguir os trâmites burocráticos. Deixava claro que estava à disposição para dialogar com seus colegas. Reconhecia a necessidade de chegar a um consenso para melhorar a qualidade Cultural do Estado,

conforme discutido anteriormente. Pedia compreensão aos conselheiros governamentais e da sociedade civil, ressaltando que estavam ali para realizar o trabalho e respeitar seus cargos. **Marcelo de Ogum** saudou a todos e falou que no dia 13 de março, quando o Maestro Adailton colocou o Ofício, o próprio Joab tinha confirmado, ele achava que estava gravado. Não é que essa pauta não fosse importante, mas havia coisas além disso. Ele se perguntava por que alguns conselheiros falavam tanto que os antigos sabiam mais do que os novatos, o que doía bastante. Ele começou a perceber que os antigos não estavam lendo o Regimento, pois até os suplentes da constituição brasileira que iriam votar, cometiam erros absurdos. Parecia ser uma tática de guerra para fazer o conselho não funcionar. Ele revisou o histórico, lembrando que na época de Jocimar, que foi presidente seis meses antes, a gestão entregou o cargo de presidente, e Jocimar assumiu como sociedade civil, sem pressões para retomar o poder. Depois de um ano, ela fez o mesmo pelo período dela como representante da sociedade civil. Ele via muitas coisas mais importantes, concordando com Rafael, e achava que não cabia mais ficarem se acusando e levando casos para a delegacia. A cada reunião, faziam uma "tática de guerra" para não avançarem, discutindo o mesmo ofício por uma hora e meia, quando Joab já havia confirmado tudo na reunião de 13 de março. **Rafael Farias** destacou a importância de legitimar o voto popular, lembrando que os membros da sociedade civil no conselho foram eleitos democraticamente. Ele enfatizou que substituir alguém eleito é um processo complicado, mesmo diante de acusações e processos legais, que devem seguir os trâmites legais. Rafael ressaltou a necessidade de respeitar o voto e a classe que cada conselheiro representa. Ele mencionou sua própria eleição, destacando que foi escolhido pelas quadrilhas juninas para representar a cultura popular de matriz ibérica. Rafael pediu cuidado nas falas para evitar prejudicar a democracia já fragilizada do país. Para finalizar, ele sugeriu que o governo poderia ceder um período do mandato à sociedade civil, uma vez restabelecido o mandato, para compensar o tempo que lhes foi tirado. Ele propôs que essa ideia fosse votada ou submetida à sensibilidade da Secretaria de Cultura. **Amanda Carneiro** enfatizou novamente a importância do procedimento que já havia sido utilizado anteriormente, pedindo aos membros que fizessem as indicações e enviassem os nomes para que ela pudesse encaminhá-los à comissão. Ela informou que colocou essa instrução no grupo dos 80 e pediu atenção ao convite da deputada Dani Portela, enviado por e-mail desde o dia 20. Amanda explicou que não trouxe o convite para os informes porque já havia sido encaminhado diretamente a todos os conselheiros. **Yasmim Neves**, antes de seguir para o próximo ponto, ressaltou que o primeiro ano é o ano da sociedade civil, quando o presidente é da sociedade civil, e o segundo ano é do governo. Ela enfatizou que não se trata de perder ou ganhar, pois o conselho é paritário e está ativo na discussão e potencialização da cultura pernambucana. Independente de quem esteja na presidência, o foco deve ser nas pautas e anseios da sociedade civil e do conselho. Yasmim destacou que o processo na Secult estava em andamento e que, se encerrado no último dia de outubro ainda sob o mandato da sociedade civil, o presidente da sociedade civil cumpriria seu papel. Ela pediu cuidado ao potencializar falas que diziam que "este conselho está perdido". Yasmim afirmou que quem muda o conselho são os conselheiros: ela mesma, Wagner, Rafael, Marcelo, Cleonice e os demais, que foram votados ou indicados para fazer um trabalho coerente e correto. Pediu que todos vissem o conselho como uma ferramenta de democracia e necessidade para a cultura pernambucana, independente da posição ocupada. Ela lembrou que o respeito é fundamental para tudo o que constroem e que o conselho, apesar de passar por um momento difícil, não é definido por esse momento. Concluiu dizendo que, pautando políticas públicas para a cultura, o próximo passo seria uma reunião da comissão de ética para tratar do ponto e trazer uma devolutiva para o pleno do Conselho. **Yasmim** disse que o próximo ponto de pauta era "Definir

sobre os modelos de certificados (mérito, honra, etc.).” Ela esclareceu que não se tratava de redefinir os modelos, pois estes já estavam definidos. O objetivo era discutir como o conselho iria tratar a questão da entrega, escolha ou votação dos conselheiros que receberiam os certificados de mérito e honra. Ela mencionou que já haviam encaminhado à Casa dos Conselhos os certificados de todos os conselheiros no mandato atual e construído os das setoriais em mandato, prorrogados até a próxima eleição setorial. Yasmim lembrou que já haviam discutido anteriormente sobre verificar presença e trabalho dos conselheiros, e que era necessário pensar nesses critérios para evitar erros. Ela questionou como iriam lidar com isso, se encaminhariam ou chamariam os conselheiros para receberem os certificados. Por fim, Yasmim pediu que construísem essa solução de forma mais real e palpável para poderem realizar a entrega dos modelos de certificados. **Alexandre Melo** sobre os critérios para a escolha dos nomes: ele havia colocado a sugestão de que cada segmento indicasse uma pessoa do seu segmento para receber o certificado. Ele achava que seria uma forma rápida e democrática de prestar essa homenagem para fazedores de Cultura com relevância em todos os segmentos. Ele também achava que seria uma oportunidade de reverenciar nomes que atuam em setores onde, muitas vezes, nem se pensa quando se trata de assuntos que envolvem, patrimônio, memória, homenagem e simbologias de força política, de envolvimento e de mérito cultural. **Wagner Egito** sugeriu que marcassem outra reunião para discutir a questão dos certificados, pois seria demorado e haveria várias propostas. Ele destacou a importância de enviar certificados aos conselheiros que se destacaram para estimular a participação, já que muitos atuam por amor à arte e à cultura, sem remuneração. Existem dois tipos de certificados: um para todos os conselheiros e outro de mérito para os que se destacaram. Ele achou justo que os pares homenageassem aqueles que se dedicaram pela cultura. Wagner propôs que os conselheiros do mandato atual levantassem e aprovassem os nomes para os certificados, e que isso fosse feito no início de cada mandato. Ele destacou a importância de selecionar os homenageados enquanto a memória ainda estivesse fresca. Quanto à proposta de Alexandre, Wagner observou que os certificados não precisavam ser apenas para conselheiros de segmentos específicos, mas para todos que se destacassem pela civilidade e comprometimento. Ele mencionou que o certificado teria um patrono e um nome, que ainda precisavam ser escolhidos. Wagner sugeriu uma reunião extraordinária para discutir a essência do certificado, pois nem todos entendiam seu significado. **Yasmim Neves** destacou a necessidade de definir bem os critérios para a escolha das pessoas que receberiam a homenagem, considerando delicada a indicação e a justificativa para a seleção. Ela observou que todos os conselheiros se candidataram para realizar um trabalho coerente e questionou como identificar aqueles que se destacaram. Yasmim sugeriu uma análise mais profunda para evitar injustiças e mencionou que alguns conselheiros, apesar de menos expressivos verbalmente, poderiam ter contribuições significativas. Ela enfatizou a importância de igualdade e clareza no propósito do conselho e do certificado. **Thaynna Leocádio** concordou com a necessidade de uma reunião extraordinária para deliberar sobre o ponto de pauta, pois tomaria muito tempo. Ela buscou esclarecer se o certificado seria de mérito e se haveria envio de certificados de participação para os conselheiros de mandatos anteriores. Thaynna mencionou que a comprovação está no Diário Oficial e sugeriu que seria interessante enviar certificados também para os ex-conselheiros, independentemente de ser um certificado de honra e mérito. **Yasmim Neves** sugeriu que, na reunião extraordinária, fosse verificado o ponto levantado por Thaynna. Ela mencionou que até então haviam sido emitidos três tipos de certificados: para os conselheiros atuais, para as setoriais e o de mérito. Yasmim propôs a criação de um certificado para os antigos conselheiros, detalhando seus mandatos e cadeiras representadas. Ela sugeriu que, com a aprovação do plenário, poderiam construir

e enviar esses certificados sem problemas, abordando esses dois pontos na Reunião Extraordinária. **Yasmim Neves** deu seguimento ao ponto de pauta sobre **LPG (SUPLENTE)**. Ela pediu a participação de Irene Veiga, Gestora do Mapa Cultural, e solicitou a verificação da quantidade de inscritos. Antes de passar a palavra a Irene, Yasmim fez alguns apontamentos sobre o processo de chamamento dos suplentes e reafirmou que a Secult não lançaria um novo edital, contradizendo rumores. Ela destacou que a Secult estava no primeiro processo de utilização das sobras dos recursos conforme o edital, e que os 7 milhões disponíveis seriam usados para chamar os suplentes. Yasmim explicou que o processo seguiria a regra de 70% para o audiovisual e 30% para os demais editais, mas mencionou que alguns pontos precisavam ser discutidos no conselho. Até o dia 17 de maio, a Secult recebeu documentos dos suplentes, que estavam sendo tratados pelo setor financeiro para salvaguarda e envio de recibos e ações criativas no audiovisual. Ela informou que, assim que os documentos fossem assinados, os pagamentos seriam efetuados. Ela também destacou a importância de informar a numeração de quantos suplentes foram chamados e quantos enviaram a documentação, para possibilitar o chamamento de mais suplentes. Foram chamados 429 de salvaguarda, dos quais 355 enviaram a documentação, e 137 suplentes de ações criativas no audiovisual, dos quais 121 enviaram a documentação. Yasmim ressaltou que muitos suplentes enviaram a documentação apenas no último dia, 17 de maio. Ela mencionou que os editais com maior número de suplentes aptos eram os de salvaguarda e ações criativas, justificando a escolha desses editais no processo de utilização dos recursos. Yasmim enfatizou que apenas os suplentes que seguissem o trâmite normal, enviando a documentação e assinando os recibos, seriam considerados aptos e receberiam os recursos. O período de envio de documentos pelo Mapa Cultural ficou aberto de 13 a 17 de maio. **Irene Veiga** cumprimentou a todos e informou que na sexta-feira, dia 17, a equipe permitiu o envio até às 23:59. Eles também organizaram um plantão para ajudar aqueles que enfrentassem dificuldades, dúvidas ou instabilidades na plataforma, garantindo que ninguém fosse prejudicado e pudesse enviar seus documentos naquele momento. **Yasmim Neves** trouxe outra informação importante sobre a LPG. Ela divulgou os quantitativos atualizados do mês de maio em relação aos valores recebidos e pagos. Em 2023, o valor recebido foi de 100 milhões 158.734,16 centavos para rodar a LPG em Pernambuco. Ela detalhou os valores pagos até o momento, incluindo para os selecionados de salvaguarda, técnicos e demais editais. Yasmim mencionou que todos os contemplados até então foram pagos, totalizando 1.284 pessoas. Ela explicou que o processo de “Efeito Dominó”, exigia a conclusão de uma fase para iniciar outra, e que havia questionamentos sobre o processo de chamamento dos suplentes. Yasmim ressaltou que o valor da LPG não seria usado para outros fins, como pagar festivais ou programas culturais distintos. A intenção era pagar todos os contemplados com os recursos disponíveis. Yasmim reconheceu que o processo da LPG não foi fácil para ninguém, mas enfatizou o compromisso de Pernambuco com a cultura, buscando fazer o melhor trabalho possível como equipe e poder público. **Irene Veiga** começou sua fala expressando que veio principalmente para ouvir e responder dúvidas. Ela destacou que a plataforma do Mapa Cultural era aberta, auditável e segura, permitindo que todas as ações fossem vistas e rastreadas. Irene observou que a equipe já havia respondido a mais de 10 processos do Ministério Público e cerca de 60 e-mails desde segunda-feira, garantindo que todas as dúvidas seriam respondidas. Sobre os documentos trazidos por Natália, Irene afirmou que precisava estudá-los para compreender melhor o que aconteceu. Ela assegurou que a plataforma era auditável e que superaram as previsões de prêmios e tentativas de prêmios conforme o edital. Irene evitou afirmar categoricamente que não houve erros e se comprometeu a estudar os documentos com sua equipe para fornecer um retorno adequado no futuro. **Amanda Carneiro**

informou que até o momento três conselheiros - Ceça, Rafael e Fernando Pereira - e três representantes da sociedade civil - Raíssa Costa, Roberto Carlos e Fernanda Freire - haviam enviado dúvidas no chat. Ela solicitou a alguns conselheiros, em especial a Thaynna, que lessem as perguntas feitas no chat, pois somente os conselheiros poderiam falar durante aquele ponto de pauta. **Maria da Conceição** explicou que enviou um e-mail questionando questões relacionadas às ações do audiovisual no Mapa Cultural. Ela mencionou uma página no mapa que lista suplentes selecionados, alguns dos quais não foram incluídos na primeira chamada. Maria da Conceição fez um levantamento e notou que alguns projetos estavam desclassificados, mesmo aparecendo como suplentes selecionados no mapa. Ela destacou que a busca no mapa cultural era difícil devido à falta de categorias claras. Maria da Conceição mostrou exemplos de casos em que projetos desclassificados apareciam como suplentes selecionados. Ela expressou confusão e pediu esclarecimentos sobre essas discrepâncias no mapa cultural. **Yasmim Neves** ela explicou que a fase em questão era a de documentação inicial, uma etapa anterior no Mapa Cultural. Yasmim destacou que a ordem numérica não necessariamente correspondia à ordem de ranqueamento, sugerindo que o documento em análise estava em uma fase ultrapassada. Ela solicitou confirmação de Irene sobre esse ponto. **Irene Veiga** informou que a equipe estava respondendo aos e-mails recebidos, ressaltando a existência de várias fases no Mapa. Ela reconheceu que a plataforma atualmente não oferecia o cenário ideal e reafirmou o compromisso de trabalhar para melhorar a comunicação. Irene explicou que estão planejando uma mudança para tornar as informações mais claras, com uma linha do tempo mais nítida. Ela assegurou que, apesar da confusão atual, o objetivo é informar a sociedade de forma mais eficiente, garantindo que a situação será melhorada com a introdução da linha do tempo. Irene prometeu responder aos e-mails até o máximo do dia seguinte e incentivou que mais dúvidas fossem enviadas para o privado da Casa dos Conselhos. Ela também explicou como os anexos estão sendo organizados para facilitar a compreensão das informações. Entendeu o que foi dito e solicitou o envio do documento para poder discutir as fases. Ela explicou que o documento completo está disponível nos anexos e sugeriu procurar pela data de 10/05 para visualizar todas as inscrições selecionadas no último chamamento. Irene também anunciou que sua equipe gravaria um vídeo tutorial até o final do dia seguinte, para ser enviado a todos, explicando como visualizar o documento completo e passar de uma fase para outra, visando a esclarecer dúvidas e melhorar a comunicação. **Yasmim Neves** considerou importante que Irene gravasse um vídeo explicativo para esclarecer o momento atual do processo, devido às várias dúvidas recebidas sobre a primeira fase. Ela destacou a importância de se atentar à última publicação dos resultados e esclareceu uma dúvida sobre o prazo de execução das propostas, explicando que o prazo até 31 de dezembro se refere à execução do estado para o ministério, enquanto o prazo para o proponente é de 12 meses, conforme especificado no termo de execução cultural assinado ao receber o recurso. **Rafael Farias** expressou preocupação com a complexidade do processo, ressaltando que, como artista e produtor, compreende as dificuldades enfrentadas pela Secult, mas enfatizando que também é difícil para os envolvidos diretamente. Ele mencionou receios em relação à PNAB e levantou questionamentos sobre o ranqueamento dos projetos. Rafael também destacou a importância de esclarecer o destino dos recursos remanescentes e a urgência no pagamento dos artistas, especialmente os ligados à cultura popular. Ele fez um apelo enfático para que a Secult agilizasse os pagamentos e utilizasse os saldos disponíveis. Por fim, Rafael alertou para a continuidade das cobranças por parte dos artistas e pediu transparência e agilidade por parte do governo. **Yasmim Neves** compartilhou suas experiências e desafios, ressaltando o intenso trabalho realizado pela equipe da Secult. Ela expressou a dificuldade de descansar diante das demandas constantes, destacando os

esforços para conciliar as responsabilidades da gestão. Yasmim mencionou casos específicos de proponentes buscando orientação e esclarecimento, demonstrando o compromisso da equipe em atender às necessidades da comunidade cultural. Em relação aos recursos disponíveis e aos pagamentos pendentes, Yasmim explicou os procedimentos complexos envolvidos na validação e envio dos pagamentos, reconhecendo os desafios enfrentados pela equipe financeira. Ela enfatizou a importância da transparência e da colaboração da sociedade civil para o sucesso dos processos. Sobre o documento apresentado por uma colega, Yasmim se comprometeu a estudar e fornecer feedback. Ela também abordou a questão das reservas de cotas e a ordem de chamamento dos suplentes, explicando os critérios utilizados para priorizar determinados candidatos. Quanto aos pagamentos aos contemplados, Yasmim informou que o primeiro lote de suplentes estava programado para começar a ser pago na primeira semana de junho. Ela detalhou o esforço concentrado da equipe financeira nesse processo e sugeriu maneiras de tornar mais transparentes os beneficiários dos recursos culturais. Por fim, Yasmim expressou seu compromisso em melhorar a comunicação e a prestação de contas, buscando formas de fornecer informações mais claras e acessíveis à sociedade sobre os beneficiários dos recursos culturais. **Irene Veiga** enfatizou a importância de manter todas as garantias estabelecidas. Ela destacou que uma vez que uma proposta é ranqueada e selecionada, é crucial respeitar todas as suas especificidades para garantir a conformidade com as normas do edital e a legislação de fomento. Irene também mencionou que foi possível contemplar todas as reservas e vagas previstas no edital, enfatizando o compromisso da equipe em garantir essas reservas enquanto for viável para os suplentes. **Yasmim Neves** decidiu se reunir com Cacau, Ana Paula e a equipe do mapa cultural para ter a conversa sobre os critérios que seriam utilizados para os rendimentos. Ela considerou importante dialogar com os conselheiros sobre essa etapa e propôs uma reunião extraordinária para isso. Antes de fazer essa publicação, Yasmim mencionou que havia alguns pontos sendo questionados. Ela mencionou um link para verificar o que o MinC nos diz sobre a distribuição desses recursos. Yasmim explicou que estavam avaliando se esse link poderia fornecer orientações úteis, especialmente considerando a importância do setor audiovisual. Ela expressou o compromisso de fazer essa devolutiva para a sociedade civil em conjunto com os conselheiros. **Fernando Pereira** cumprimentou a todos e expressou sua intenção de ser breve em sua fala para não consumir muito tempo. Ele concordou com o documento apresentado por Natália, agradecendo-a por trazê-lo à discussão. Fernando propôs a ideia de criar um documento que fornecesse informações transparentes sobre o uso dos recursos no próprio mapa cultural ou em uma plataforma do Cultura PE. Esse documento indicaria quantos projetos já receberam recursos, quanto foi repassado e quanto ainda está disponível. Ele enfatizou que isso proporcionaria segurança e transparência às pessoas interessadas no processo de pagamento da LPG. Além disso, Fernando ressaltou a urgência de um manual de prestação de contas, mencionando que muitos proponentes estão hesitantes em realizar seus projetos devido à falta desse recurso. Ele destacou a importância desse manual para os proponentes que serão selecionados como suplentes, pois precisarão dele para entender como proceder com a contratação e enviar os documentos necessários para os relatórios. Por fim, Fernando mencionou que analisaria o documento de Natália e daria um retorno consistente com o trabalho que ela realizou. Ele enfatizou a importância de garantir que os dados fornecidos no documento estejam corretos, para que o recurso possa chegar aos produtores conforme o esperado. **Yasmim Neves** trouxe uma devolutiva sobre o encaminhamento da questão, afirmando que eles realizariam essa tarefa até a próxima semana e que os dados seriam publicados no mapa cultural. Ela destacou a importância do mapa cultural na construção desse documento e enfatizou que ele seria publicado em

breve. Sobre o manual de prestação de contas, Yasmim informou que estavam finalizando e que três documentos seriam disponibilizados. O primeiro seria a solicitação de alteração do plano de trabalho, pois muitos proponentes estavam solicitando essa alteração para a execução de seus projetos. Ela ressaltou que os projetos foram aprovados com algumas condições, e orientou os fazedores de cultura a seguirem as informações fornecidas no momento da inscrição. Yasmim explicou que estavam validando o formulário de prestação de contas do objeto, observando que a maioria dos editais previa inicialmente o relatório de execução do objeto e, em alguns casos, o relatório físico-financeiro. Ela ressaltou a importância de aguardar os artigos para os agentes culturais por 5 anos, conforme o decreto, para a documentação físico-financeira. Além disso, mencionou que estavam construindo um manual de instruções e um FAQ com várias perguntas recebidas, tanto por e-mail quanto no mapa cultural e em outros meios de comunicação. Ela destacou a importância de ter um contador para orientar especificamente em casos individuais, já que a instituição da Secult poderia fornecer orientações gerais, mas não orientação caso a caso. Yasmim concluiu informando que estavam no processo de finalização desses documentos e que eles seriam publicados em breve, incluindo o manual e o modelo de solicitação de alteração, que estariam disponíveis no mapa cultural. **Thaynna Leocádio** fez a interlocução das perguntas das pessoas do chat, notando que muitas se repetiram, mas ela as registrava em ata enquanto falava. A primeira pergunta veio de Raíssa Costa sobre o manual de prestação de contas e o cronograma de execução dos projetos. Thaynna confirmou que o manual e o formulário de prestação de contas aplicação do plano de trabalho estariam disponíveis na semana seguinte, mas destacou a necessidade de um cronograma. Outra questão veio de Roberto Carlos, Fernanda e Shirley, questionando sobre os próximos editais que convocariam os suplentes e qual era a previsão. Thaynna ressaltou a necessidade de datas específicas, além da certeza de que os editais seriam lançados em algum momento. Thaynna também anotou o pedido de Fernanda Freire sobre o prazo para publicação do manual, considerando que muitos projetos ainda não haviam sido iniciados por falta desse documento. Raíssa Costa levantou a questão de como cumprir o prazo de execução sem saber como utilizar os recursos, especialmente em projetos com prazos ajustados, como animação. Houve uma denúncia de Edmundson sobre o apoio selecionado para os cineclubes, onde deveriam ser 16 selecionados, mas houve reserva para 20, resultando em um saldo de R\$ 224.794. Ele também mencionou que outras linhas enfrentaram o mesmo problema. Edmundson questionou a inversão da lógica de redistribuição dos recursos remanescentes, conforme estabelecido no item 3.2 do edital. **Yasmim Neves** sobre a data do manual de prestação de contas, ela pôde colocar uma data; no máximo, lançariam até o dia 15 de junho três itens: o manual de prestação de contas, a solicitação de alteração do plano de trabalho e o formulário via mapa cultural. O que ela achou estranho da pergunta da proponente foi ela dizer que não conseguia executar o projeto porque não tinha o manual, porque não sabia o cronograma; realmente, não conseguiu entender esse questionamento, até porque o cronograma foi feito pelo próprio proponente. Então, o que ela não conseguia entender era o porquê dessa confusão na pergunta; até porque, como ela disse, a maioria deles previa a execução do objeto. Então, comprovando que executou o objeto que disse construir, como um cinema, por exemplo, já garantia que executou, ela não entendia exatamente esse questionamento. A outra coisa, o valor do rendimento hoje foi 7.151.000; ela também pôde mandar no grupo dos 80. E a questão dos próximos editais, a intenção era que fossem todos; mas, como ela disse, achava que precisavam dialogar para entender esse cenário. Mas o que eles previam era 70% para audiovisual e 30% para os demais, e chamar um pouco de suplente de cada edital, essa proposta. E sobre Edmundson, não era isso; ela achava que ele estava junto com Natália no mesmo questionamento. Então, eles responderiam o e-mail dele porque

tratava-se do mesmo ponto em relação à quantidade de projetos por faixa ou por critérios do edital de ações criativas do audiovisual por linguagem. **Yasmim**, trouxe mais informações sobre a questão das categorias, que podem sanar os questionamentos tanto de Natália quanto de Daniel, informou que haviam previstos no edital de ações criativas do audiovisual cidade, 20 contemplados, foram selecionados 21. haviam previstos para apoio a pesquisa grupos de pesquisa publicação e observatório 10, foram selecionados 10. Capacitação a formação e qualificação 30, foram selecionados 35. Frase com foco dos Mestres e Mestras da Cultura Popular 16, foram selecionados 17. Desenvolvimento de roteiro longa-metragem, era previsto 20, foram selecionados 21. Desenvolvimento do roteiro 12, foram selecionados 12. Finalização pós-produção de longa de serviços 9, foram selecionados 10. Então, por isso, que ela não conseguiria naquele dia dar uma resposta efetiva, porque precisava estudar o documento apresentado, porque não batia com o que se tinha. Então, era preciso dar uma olhada para poder trazer uma devolutiva, mas dos apontamentos. Mas, enquanto o que o edital previa e o que o ranqueamento trazia, tinham selecionado até números maiores do que o edital previa, por exemplo, de produção de curta e média metragem, que o edital previa 72, foram selecionados 168. Então, era preciso entender sobre essa devolutiva, tanto de Natália quanto de Daniel. Eles precisavam realmente se aprofundar e trazer uma coisa mais concreta, porque eles não chegariam a um acordo, já que o que ela trazia era diferente do que eles traziam. **Amanda Carneiro** pediu questão de ordem e explicou que apenas os Conselheiros titulares e suplentes têm direito a voz, fala, qualquer tipo de interlocução ou voto no Conselho. Ela ressaltou que, ao abrir a reunião para a sociedade civil, o objetivo é permitir que participem e acompanhem o processo conduzido pelo conselho no trabalho de fomentar ações da Secretaria de Cultura. No entanto, lamentavelmente, nesse ponto da pauta, não era possível ter interlocução com membros da sociedade civil. Ela pediu compreensão e solicitou que todos respeitassem essa regra, enfatizando que isso faz parte do Regimento do Conselho. **Rafael Farias** pediu uma questão de ordem e ressaltou que o tema já havia sido debatido. Ele destacou a importância de um regimento oficial, mas lembrou que, ao propor no Funcultura ou na LPG, um cronograma de execução já é colocado e aprovado, sendo um dos critérios de votação analisado por pareceristas. Rafael entendeu que uma adaptação seria necessária, pois, se o projeto foi planejado para começar em abril e o recurso só foi recebido em abril, o cronograma precisaria ser alterado. Ele afirmou que, na ausência de uma comissão deliberativa de LPG, ele próprio teria que fazer esse remanejamento e começar a executar o projeto conforme necessário. Rafael pediu para pular essa pauta, pois havia mais três questões a serem discutidas, e ele interveio com a questão de ordem para que a reunião pudesse avançar. **Yasmim Neves** trouxe a seguinte consideração, reforçando a fala de Rafael: quem define o que vai executar é o próprio proponente. Ela destacou que a proposta passou por avaliação e que o proponente também foi responsável por determinar o que seria contratado, de acordo com o objeto do projeto. Portanto, o proponente sabe exatamente quem deve contratar e o que deve comprar. Yasmim mencionou que, de acordo com o edital, a partir do momento em que for necessário fazer algum tipo de alteração no projeto que não ultrapasse 20% do valor do recurso, essa alteração pode ser feita sem a necessidade de autorização. Ela acredita que o manual trará explicações mais detalhadas, mas também ressaltou a importância de que o proponente compreenda o processo como um todo. Ela informou que os itens serão disponibilizados até o dia 15 de junho. Yasmim recomendou que Raíssa, que parece ser quem está fazendo os questionamentos, envie um e-mail para o canal de atendimento do edital específico questionando esses itens para que possam ser respondidos. **Elimar Pereira** agradeceu a Natália pelo tempo e dedicação na preparação do documento, destacando a sensibilidade dos fazedores de cultura presentes. Ele também agradeceu a

Yasmim e Amanda, reconhecendo seus afazeres e mencionou que uma companheira está lidando com seu primeiro projeto aprovado e buscando informações. Elimar ressaltou que o edital de dezembro teve um prazo curto e que ele, assim como o governo, está à disposição para ajudar e esclarecer dúvidas. Ele enfatizou a importância de apoiar aqueles que têm pouca prática com editais e finalizou sua fala com um agradecimento. **Yasmim Neves** ressaltou um ponto importante: os agentes da secretaria não estavam se recusando a passar informações. Ela explicou que, sem analisar um documento, não podia dar uma resposta efetiva no momento. Yasmim destacou que os dados em construção eram resultado do trabalho em andamento. Segundo ela, era dever dos servidores públicos atenderem a todos e fornecer as respostas solicitadas pela sociedade civil. No lugar de Natália e do companheiro Daniel, estavam se disponibilizando para tal. Ela enfatizou que, embora a secretaria responda às perguntas, os proponentes também precisam buscar outras fontes de informação. Ela mencionou que havia verificado alguns questionamentos que não eram de responsabilidade do administrador. Pontuou que não estavam se negando a fornecer informações e que dariam uma devolutiva. Yasmim também advertiu que a resposta dada poderia não ser efetiva para o que era desejado, pois o papel deles era mostrar como o processo foi conduzido. **Alexandre Melo** ressaltou que não era a primeira vez que tentavam tornar os debates e discussões mais objetivos. Embora houvesse muitas pautas, o principal problema, segundo ele, era o tempo perdido com rodeios, redundâncias e desvios de pauta, além de discursos que pareciam campanhas políticas. Isso, de fato, atrapalhava. Sobre a questão de monitoramento, Alexandre trouxe uma demanda em nome do Fórum Pernambucano em Defesa do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Esse fórum setorial é o principal segmento de literatura e vem discutindo e articulando junto à Assembleia Legislativa a regulamentação de uma lei que rege o plano setorial de literatura. O parágrafo 5º do artigo 4 da lei estabelece que as ações previstas no plano setorial devem ser objeto de acompanhamento e monitoramento pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Cultura, com controle do Conselho Estadual de Política Cultural. Alexandre apontou que era antirrepublicano e antidemocrático o poder executivo ser o monitor de certas ações, já que ele também é o planejador e executor. O fórum propôs que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura criassem um grupo de monitoramento das ações do plano, através de uma portaria “intersecretarial”. Esse grupo já existia em atividade, mas precisava de regulamentação formal. A proposta era que o grupo fosse composto por oito membros: quatro do poder público e quatro da sociedade civil, indicados pelo conselho. Atualmente, o grupo de monitoramento tinha dois representantes da Secretaria de Educação e dois da Secretaria de Cultura como representantes do poder público, e ele, como representante da sociedade civil e conselheiro titular, junto com três membros da comissão setorial. Alexandre pediu ao conselho que encaminhasse para a Secretaria de Cultura a formalização e atualização da legislação que rege as atribuições e ações ligadas ao plano setorial de literatura. O segundo ponto de Alexandre foi relacionado ao edital de aquisição de acervo. Ele solicitou uma devolutiva da Secretaria de Cultura sobre o processo de contratação relacionado a esse edital. Em setembro ou outubro do ano passado, de acordo com o cronograma do edital, deveria ter sido feito o repasse das obras, mas até o momento nenhum contrato havia sido formalizado entre os contemplados e a Secretaria de Cultura. Ele pediu uma explicação da secretaria executiva sobre porque esse processo estava parado desde o ano passado. **Yasmim Neves**, sobre a questão do edital de aquisição, informou que as editoras até entraram em contato com eles e que eles responderam. Identificaram algumas fragilidades dentro desse processo. Então, enquanto setor público, tinham a responsabilidade dos atos administrativos, que incluía dar continuidade, cancelar ou pagar, enfim, o que viesse a acontecer com o processo. Ao analisar as seis contratações

dessas editoras, Yasmim identificou algumas falhas no processo como um todo. Junto com a equipe de Literatura e a gerência, encaminharam esses processos novamente para o jurídico para que fossem analisados e para que pudessem dar um posicionamento final sobre a continuidade ou não desses processos. Informaram que o jurídico estava reanalisando essas 16 contratações porque, em um momento, esse edital se complicava, pois não deixava claro se era premiação ou contratação, nem como era dado todo o processo. Para que, dali a 10 anos, Yasmim não estivesse respondendo sobre isso ao Ministério Público, solicitou, junto com Sinara, a Gerente Geral, e Ana Paula, a executiva de gestão, uma nova análise desses processos. Informaram às editoras e solicitaram mais alguns documentos que achavam necessários para o processo. Assim que acabasse essa análise, dariam uma devolutiva tanto para o conselho quanto para as seis editoras que estavam aguardando. Ressaltou que jamais seguiria com esses processos com irresponsabilidade, então precisavam dessa análise jurídica. Sobre o processo da regulamentação do grupo de monitoramento, achou que era necessário trazer para o pleno o encaminhamento dessa questão. Yasmim ressaltou que era necessário saber como o pleno entendia sobre o encaminhamento desse ofício, mas, antes disso, confirmou quórum para votação e pediu para que Alexandre repetisse seu desejo enquanto encaminhamento. **Alexandre Melo** explicou que o texto dizia que a Secult e a Secretaria de Educação eram as instâncias responsáveis pela execução das ações ligadas ao plano. O estado destinava R\$ 100.000 para a execução de ações que atendessem aos objetivos do plano setorial e a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação eram responsáveis tanto pela execução quanto pela fiscalização e monitoramento de suas ações. Isso, segundo ele, não era muito republicano, pois o ideal seria que a sociedade civil participasse da fiscalização das ações do poder público. O texto proposto era uma alteração do texto original da lei, que afirmava que a Secult e a Secretaria de Educação eram os órgãos fiscalizadores. A nova proposta sugeria que o órgão fiscalizador fosse composto por oito membros, sendo quatro do poder público (dois da Secult e dois da Secretaria de Educação) e quatro da sociedade civil (membros do Conselho Estadual Cultural e do Conselho de Educação). Essa atualização da lei visava tornar mais democrático e republicano o regimento sobre as ações do plano estadual de literatura. No entanto, essa atualização precisava ser feita pela governadora. Alexandre pediu ao conselho que solicitasse à governadora a realização dessa atualização, explicando a importância de tornar o processo mais inclusivo e participativo. **Yasmim Neves** sugeriu que Alexandre construísse um documento explicativo sobre o que é o PELB e tudo o que o plano abrange, incluindo o papel do fórum e seu funcionamento. Ela destacou a importância de que todos entendessem que se trata do grupo de monitoramento do PELB. Yasmim mencionou que, de acordo com o relato de Alexandre, a execução e fiscalização ficavam a cargo da Educação e da Secult, e que a proposta era alterar esse texto. Ela sugeriu que esse documento explicasse a solicitação de alteração que o fórum entendia via conselho, para que o conselho pudesse encaminhá-lo à Secult, e esta, por sua vez, à governadora. Destacou que seria útil ter um documento formalizado para compreender melhor a proposta de alteração, já que não foi possível ler tudo durante o relato. Yasmim expressou confiança de que, com um monitoramento mais eficaz, o conselho poderia atender às demandas de forma mais precisa. **Alexandre Melo** mencionou que existia a possibilidade que temia: os contratos não foram firmados. Essa não confirmação dos contratos é prejudicial, pois o edital é uma ação executada com recursos direcionados ao plano setorial. Isso causa danos não apenas ao setor pela falta de recebimento desses recursos, mas também pela falta de movimentação dos livros produzidos pelas editoras independentes. Ele ressaltou que o dano é significativo não só financeiro, mas também político, já que é um recurso pelo qual o fórum setorial lutou durante muito tempo. Ele destacou que a literatura é o único segmento com um plano

setorial transformado em lei após mais de 10 anos de luta, e é a primeira vez que algum recurso é destinado exclusivamente para suas ações. Metade desse recurso estaria em risco caso os contratos não fossem formados. Ele enfatizou a importância de se encontrar uma solução jurídica para a confirmação desses contratos e se colocou à disposição do setor para colaborar com isso. Alexandre sugeriu a possibilidade de marcar uma reunião presencial com os contemplados para buscar uma solução e garantir que o recurso não seja perdido. **Yasmim Neves** apenas trouxe uma devolutiva. Ela não quis dizer que, se esses contratos não foram efetivados, o recurso não seria destinado para o mesmo fim, o Pelb. Ela acredita que é necessário encontrar uma solução. Ela explicou que o processo atual não é robusto o suficiente para a contratação e que é preciso resolver o que está pendente. Yasmim mencionou que, quando estava no planejamento e orçamento em 2021 e 2022, identificou que o processo estava sendo construído de forma equivocada e que era necessário fortalecê-lo com documentações adequadas. Ela destacou a importância de minimizar danos futuros para si mesma, para a instituição e para os editores envolvidos. Ela mencionou que, quando os jurídicos trouxerem a devolutiva, eles se reunirão com a equipe de literatura e as editoras para discutir o próximo passo. Yasmim reforçou que o encaminhamento é dele construir o documento, enviar para o conselho analisar e validar. **Yasmim Neves** tinha agora a Pauta **PE NA DANÇA**, que foi tratada rapidamente. Ela colocou lá algumas coisas que Janaína trouxe, entre outros apontamentos em relação ao processo. Como ela disse, estavam conseguindo evoluir quando traziam essas datas novamente para o calendário do Estado, podiam realizar alguma ação, seja ela mínima ou grandiosa, mas estavam tentando reconstruir uma nova cultura, considerando tudo que já vivenciaram. Ela mencionou que Arthur Teti também não estava presente, mas que todo o diálogo foi feito com Arthur enquanto suplente da cadeira de dança, já que Janaína estava envolvida em outras ações. Ela também trouxe o questionamento sobre uma reunião do conselho e uma reunião da dança que ocorreram na época para tratar do PE na Dança, enquanto Arthur estava lá e Janaína estava com eles. Yasmim expressou que acredita que é importante se separar para construir mais coisas, mas somando esforços. Ela mencionou um evento exitoso em Triunfo no último final de semana, recebendo muitos elogios, e anunciou outra etapa em aliança no próximo fim de semana. Ela mencionou a participação de Cleonice, uma das conselheiras, que ligou para ela sobre as contratações da dança dos grupos, e explicou a situação para ela. Yasmim mencionou que o processo de curadoria foi feito junto com o Fórum de Dança e com os conselheiros, trazendo quem são os grupos que poderiam participar. Ela destacou a importância da pluralidade e diversidade nesse processo. Ela falou sobre o trabalho árduo que está sendo feito, mencionando Paulo como o idealizador do PE na Dança, e destacou que ele está disponível para esclarecer dúvidas. Yasmim compartilhou uma lista dos assessores e coordenadores no grupo dos 80 novamente. No final, ela agradeceu a todos por estarem presentes e discutindo políticas públicas, destacando que ninguém faz nada sozinho. Ela mencionou que todas as demandas serão respondidas e que no dia 27 haverá uma apresentação do PAAR para a PNAB, onde a Secult trará as ações priorizadas para esse primeiro momento. Nada, havendo a tratar, a presidente **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano** agradeceu a presença de todos/as, pediu que todos os presentes abrissem a câmara para registrar em foto, por fim deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Carneiro (Secretária)

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano (Presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Bárbara Pereira Collier

Fernando Pereira

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Carlos Eduardo Sales de Melo

Joab Henrique da Silva

Severino Carlos Amorim

Rafael Farias Almeida

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Maestro Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Eduarda Borba Lippo

Lucas Fernando Barbosa Correia

Elimar Pereira da Silva

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida

Maria da Conceição Cardoso da Silva

Laura Maria de Melo Sarmento

Flávia Maria Pessoa Guerra

Francisco de Assis do Nascimento

Roberto Azoubel da Mota Silveira